

# CIVILIZAÇÃO DA PIMENTA-DO-REINO NA AMAZÔNIA

Alfredo Kingo Oyama Homma 1/

**RESUMO** - Apesar de ser uma cultura introduzida e exclusiva de agricultores japoneses, rapidamente foi democratizada pelos produtores brasileiros, que passaram a absorver as técnicas de cultivo e beneficiamento. Essa expansão fez com que em 1982, o Brasil alcançasse a posição de primeiro produtor e exportador mundial de pimenta-do-reino, desbancando tradicionais países produtores, como a Índia, Indonésia e Malásia. Numa época em que se discute na Amazônia a importância dos sistemas agroflorestais adotados pelos agricultores nipo-brasileiros de Tomé-Açu, deve-se chamar a atenção que esta experiência não dá para ser simplesmente copiada e imitada. As circunstâncias em que foram desenvolvidas, da cultura diferenciada, da sorte e do aproveitamento das vantagens emergentes, mostram a singularidade da experiência e da constante mudança para novas atividades. Da mesma forma como ocorreu com a introdução da lavoura da juta, a cultura da pimenta-do-reino, provocou modificações na agricultura regional e a sua adaptação no cenário econômico, social e político da região. A lavoura da pimenta-do-reino marca o início do desenvolvimento da agricultura intensiva na Amazônia.

**Termos de indexação:** pimenta-do-reino, imigração japonesa, desenvolvimento agrícola, Amazônia

## THE BLACK PEPPER CIVILIZATION IN AMAZONIA

**ABSTRACT** - Although it was first introduced and grown exclusively by Japanese immigrants in the beginning, black pepper production was quickly democratized by Brazilian producers, who adopted the technological process of cultivation and processing. Consequently, in 1982, Brazil became the world's largest producer and exporter, surpassing traditional producers such as India, Indonesia and Malaysia. At a time when we discuss the ecological importance of agroforestry developed by Japanese immigrants to the municipality of Tome-Açu, it must be emphasized that this experience cannot be easily imitated. The circumstances in which it evolved (e.g., cultural context, historical opportunities) are unique. As occurred with the introduction of jute, black pepper provoked modifications in the region's agriculture and caused adaptations in the economic, social and political scenario of the Amazon. Black pepper initiated the intensive agricultural development in the Amazon.

**Index terms:** black pepper, Japanese immigration, agricultural development, Amazonia

### Introdução

Portugal iniciou sua expansão comercial e marítima no começo do século XV, momento em que as relações comerciais entre a Europa e o Oriente (Ásia) cresciam e se tornavam fundamentais para a riqueza européia. O Oriente era produtor de muitos artigos consumidos pelos europeus, principalmente especiarias (cravo, pimenta-do-reino, canela, gengibre, etc) que eram enviados da Ásia para Constantinopla e Alexandria e em seguida

transportados através do mar Mediterrâneo pelos comerciantes italianos, principalmente os de Veneza e de Gênova. O domínio exclusivo de Gênova e de Veneza sobre o comércio de especiarias prejudicava os interesses comerciais dos portugueses, ingleses, franceses, espanhóis e holandeses, que para conseguir a liberdade de comerciar pelo mar Mediterrâneo teriam de entrar em guerra contra os italianos. A queda de Constantinopla em 1453, pelos turcos, a necessidade da descoberta do caminho marítimo tornou-se mais urgente.

---

**Pesquisador Centro de Pesquisa Agroflorestal da Amazônia Oriental, Caixa Postal, 48 CEP 66095-100, Fax 091 226 9845 E-mail: homma@marajo.secom.ufpa.br**

Para os portugueses, descobrir outro caminho marítimo para as Índias significava se livrarem do monopólio comercial que os comerciantes de Gênova e Veneza exerciam sobre o comércio no mar Mediterrâneo. Finalmente, em 1498 o navegador português Vasco da Gama, contornando o litoral africano, chegou a Calicute, na Índia. Estava descoberto o caminho marítimo para as Índias, e os portugueses chegavam a uma das principais fontes produtoras de especiarias. Seis anos antes de Vasco da Gama chegar em Calicute, o navegador italiano Cristóvão Colombo, a serviço da Espanha, partiu para as Índias navegando sempre para o ocidente, descobriu a América no dia 12 de outubro de 1492, diferentemente portanto dos portugueses, que procuravam chegar às Índias contornando o continente africano. O comércio das especiarias era, naquele momento, o mais rendoso do mundo. O país que controlasse seria rico e poderoso. Portanto, para Portugal era importantíssimo impor o seu controle sobre esse comércio, pois isso traria prosperidade para o país. E para garantir o domínio das especiarias e dos mercados asiáticos, o rei português, D. Manuel, o Venturoso, preparou uma poderosa esquadra, que entregou o comando a Pedro Álvares Cabral, que descobriu o Brasil no dia 22 de abril de 1500. Esta breve introdução é para mostrar que as especiarias, nas quais está incluída a pimenta-do-reino, estiveram fortemente associadas com a descoberta da América e do Brasil.

### **Tomé-Açu: marco inicial da imigração japonesa na Amazônia**

A imigração japonesa na Amazônia que se iniciou-se em 1929, instalando-se em Tomé-Açu está associado com o desenvolvimento da cultura da pimenta-do-reino no Brasil. Ao contrário da introdução da cultura da juta pelos imigrantes japoneses no Estado do Amazonas, que fazia parte das intenções originais, no caso da introdução e desenvolvimento da cultura de pimenta-do-reino decorreu de circunstâncias específicas e de condições de mercado do pós-guerra. O interesse do governador do Pará, Dionísio Bentes, em 1925 pela imigração japonesa, quando recebeu o enviado da Kanegafuchi Bosseki Kabushiki Kaisha (Kanebo), indústria de tecidos no Japão, Hideo Nakano e Yasuhei Ashizawa, do Ministério das Relações Exteriores do Japão, decorria do estado de letargia a que a economia amazônica foi mergulhada com a perda do mercado da borracha extrativa. Dessa forma, o governador Dionísio Bentes ao oferecer as terras situadas às margens dos rios Capim, Moju ou no Acará como propícias à colonização japonesa, evidenciava um conflito entre o que se esperava dos imigrantes japoneses e estes, como alternativa para seus investimentos. Apesar da existência de terras ao longo

da Estrada de Ferro de Bragança, aberto ao tráfego em 1908, a preferência ao transporte fluvial pelos japoneses pode ser explicada pela menor dependência a limitação dos trens e do interesse governamental em ocupar novos espaços.

Em 28 de maio de 1926, chega a Belém, o vapor Denis, da Booth Line, trazendo a missão científica japonesa chefiada por Hachiro Fukuhara e mais oito técnicos (Shomosuke Ohta, Kihutara Ishihara, Yasuzo Sinomuro, Shoei Mizumura, Hachiro Taniguchi, Yoshimasa Tamura, Shofu Ishihara e Yasuhei Ashizawa), procedentes de New York, onde tinham efetuado uma ampla consulta com especialistas e publicações sobre a Amazônia. Esta coleta de informações tinha por objetivo a escolha da área e as atividades a serem desenvolvidas para servir de base para a Nambei Takushoku Kabushiki Kaisha (Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S/A), que ficou conhecida como Nantaku. Quando chegaram em Belém, já estavam esperando o embaixador do Japão, Hichita Tatsuke, o coronel Gumpei Sukine, Nobutane Egoshi e Kinroku Awazu, que estavam retornando de uma visita oficial a Manaus. Depois de visitarem os rios Capim, Moju e Acará, retornaram a Belém, no dia 4 de julho, que terminaram optando por Acará, devido a maior profundidade do rio para permitir a navegação e de terreno menos ondulado nas margens.

O governador Dionísio Bentes utilizou-se da prerrogativa que a Constituição de 1891 dava autonomia aos Estados legislarem com respeito a imigração e colonização, concedendo através da Lei 2.746, de 13 de novembro de 1928, para Hachiro Fukuhara, 600.000 ha em Acará, 400.000 ha em Monte Alegre, e três lotes de 10.000 ha, em Marabá, na zona da Estrada de Ferro de Bragança e em Conceição do Araguaia, para a emigração japonesa. Se os japoneses estavam interessados no estabelecimento de colônias ao longo do rio Tocantins, justificando a escolha de Marabá e Conceição do Araguaia, que pelo não cumprimento das cláusulas contratuais, terminaram revertendo para o Estado do Pará. O contrato de concessão permitia aos japoneses a construção de estradas de ferro e de rodagem, implantação de estações experimentais, campos de pouso, navegação nos rios Acará, Tocantins e Amazonas, instalar fábricas de adubos, criar estabelecimentos bancários e direito de pesquisa de minerais nas terras, além de outras vantagens.

Em 11 de agosto de 1928, empresários japoneses em Tóquio, liderados pela Kanebo, criaram a Nambei Takushoku Kabushiki Kaisha (Nantaku), com capital de 10 milhões de ienes (equivalente a US\$ 4.576.000,00). O Presidente da Kanebo, Sanji Muto, que terminou sendo assassinado, em 1934, na sua residência em Kamakura, colocou esse empreendimento na Amazônia, como sendo de grande perspectiva dentro de 20 anos. Fukuhara partiu de Yokohama, no dia 23 de agosto de 1928, com destino a New York, para outra coleta de informações sobre a Amazônia e a 7 de outubro, chegou em Belém, efetuando gestões para a instalação da Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S/A, em janeiro de 1929, como seu primeiro presidente, com um capital registrado de 4 mil contos de réis e em 1 de junho, começava as suas atividades em Tomé-Açu. Além de Fukuhara, como Presidente, a Diretoria era composta de Miguel de Almeida Pernambuco

Filho, Takeji Arai, Hiashi Uyeri e o Conselho Fiscal, com a participação do médico Fuyuki Matsuoka, Manoel Lobato e Mitsuyo Maeda (Conde Koma). A presença de brasileiros na Diretoria tinha por finalidade facilitar os trâmites burocráticos e atender a legislação. Conde Koma, natural da província de Aomori, nasceu em 1878, residiu em Belém, desde 1916. Era 4 dan em judô, ganhava a vida como instrutor e foi o introdutor desse esporte na Amazônia. Foi uma figura bastante conhecido no meio social. A razão do apelido de Conde Koma (nome antigo para Coréia), entre as várias versões, está relacionado com a anexação da Coréia pelo Japão, em 1910. O seu amplo relacionamento em Belém foi de grande ajuda para Fukuhara e dessa forma trabalhou como funcionário da Nantaku e faleceu em Belém, em 1941. Fukuhara, determinou, também, o embarque de um grupo de japoneses, que partiu de Yokohama, no dia 25 de agosto de 1928 e chegou em Belém, no navio Itapura, no dia 15 de novembro. Este grupo, do qual fazia parte Osamu Hoshimo, ficou encarregado de proceder o reconhecimento topográfico da área, a abertura de estradas para a localização dos lotes, hospedaria de imigrantes, dentre outros, uma vez que os imigrantes estariam chegando no próximo ano.

Em 1 de junho de 1929, a Nantaku, iniciou suas atividades no município de Tomé-Açu, onde já se encontravam os primeiros precursores desde 11 de abril. Foram construídos 79 quilômetros de estradas de rodagem, 85 casas em lotes de 25 hectares, abertura de um poço para quatro casas, além de escritório, estação de telégrafo, hospital, oficina mecânica, usina de beneficiamento de arroz, entre outros, para receber os imigrantes. Para essa tarefa, foram contratados trabalhadores brasileiros procedentes da região de Bragança, sob a direção de um empreiteiro que havia trabalhado na construção da Estrada de Ferro Madeira-Mamoré. A Folha do Norte, na sua edição de 1 de janeiro de 1930, noticiando sobre os trabalhos dos japoneses, afirmava que já existiam dois hospitais e três postos de socorro, sendo um hospital no porto de desembarque em Tomé-Açu, o corpo clínico composto por quatro médicos, uma médica e duas enfermeiras, com medicamentos gratuitos tanto para os japoneses, quanto para as famílias pobres da redondeza. Reportava também a existência de duas estações de rádio, sendo uma em Belém e outra em Tomé-Açu, luz elétrica e uma rede telefônica de 15 quilômetros, além de três lanchas, cinco caminhões, um automóvel e um trator. As primeiras 43 famílias de imigrantes partiram do porto de Kobe em 24 de julho, no navio Montevideo Maru, que ao chegar no Rio de Janeiro, foram recebidos pelo Conde Koma, chegando em Belém, no dia 16 de setembro, sendo conduzidos dia 18, para à Hospedaria dos Imigrantes, recentemente construída, localizada nas proximidades de Curro Velho. Após breve estadia em Belém, embarcaram para Tomé-Açu, chegando no dia 22 de setembro, sem ter as áreas preparadas. Para apoiar os imigrantes foram contratados em Santos, o médico Joshio Toda e Seito Saibara, agricultor especializado na cultura do arroz, acompanhados dos auxiliares Tedusu Vabrano e Masao Tuda. Outro imigrante que foi contratado para trabalhar com Fukuhara foi Hariyoshi Kataoka, que veio ao Brasil no navio Kasato Maru, em 1908. O médico Joshio Toda, pouco tempo depois mudou-se para Parintins, onde naturalizou-se brasileiro antes da guerra, e que prestou inestimáveis serviços aos imigrantes japoneses e aos brasileiros. Além dos imigrantes, a Companhia trouxe do Japão, Junji Kato, major reformado e médico do exército, Koki Maru, como

superintendente dos imigrantes, Totani Yeshie e Uyemura Mitsuye, como enfermeiras, Zushi Yusabura, ajudante do superintendente, Arai Tahaji, diretor dos serviços de Tomé-Açu e Mayeda Mitsuye, como professor. Provavelmente a Companhia planejava efetuar uma grande imigração japonesa no Estado do Pará.

Em 27 de outubro de 1929, partia do porto de Kobe, a segunda leva de imigrantes japoneses pelo navio Santos Maru até o Rio de Janeiro, chegando em Belém a 19 de dezembro pelo navio La Plata Maru, que era o segundo navio fretado pela Osaka Shosen Kabushiki Kaisha, que ancorava em Guajará, desembarcando mais 242 imigrantes sendo 192 se destinavam ao Acará e 50 pessoas, pertencentes a 9 famílias foram para Maués, para trabalharem na Amazon Kogyo Kabushiki Kaisha. A terceira leva de imigrantes japoneses para Tomé-Açu ocorreu em 1930, pelo navio Buenos Aires Maru, perfazendo 362 famílias em 21 viagens até o encerramento em 1937. Estas chegadas contínuas, em épocas não-apropriadas, onde as dificuldades não tinham sido superadas vieram agravar a situação que se tornou crítica em termos de situação econômica e de doenças.

Em Acará, os imigrantes japoneses, em 1931, fundaram a Cooperativa de Hortaliças e abrindo um entreposto em Belém. A vantagem da imigração japonesa se traduzia em uma oferta de verduras, tais como couve, cenoura, beterraba, alface e repolho, até então uma cultura impraticável na Amazônia, introduzindo como componente da dieta alimentar na região. O grande problema eram as perdas decorrentes da dificuldade de transporte fluvial, mesmo a despeito da existência do barco Antonina, construído em Glasgow, Escócia em 1907, que foi confiscado por ocasião da II Guerra Mundial. Estas dificuldades aumentaram durante o período da guerra, só foi resolvido em 18 de novembro de 1946, quando por orientação de Keishi Nagano e do desenhista naval, Kusumasa Takahashi e de mais quinze pessoas (os irmãos Sawada, Seichi Fukushima, Hideo Shibata, Shiro Toda, Katsuro Seki, Tadao Sato, Minokishi Seki, Torao Hideka, Tooru Ikeda, Carlos Murakami e Osamu Murakami), foi construído o barco Universal I, reiniciando-se o transporte de Tomé-Açu para Belém, após o término da guerra.

A cultura do cacau, que deveria ser a base econômica, não estava compensando o esforço, uma vez que a preocupação básica era a subsistência imediata, levando ao seu abandono. É bem provável que a produção de cacau, em bases semi-extrativas, nas áreas de várzeas de Cameta, tenha inspirado os japoneses quanto a potencialidade dessa cultura.

A Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S/A tinha investido na cultura do cacau, cujo consumo era grande e a produção mundial ainda pequena. A falta de adaptação do cacauzeiro de várzea para cultivo em terra firme, bem como a falta de tecnologia apropriada, o que somente ocorreu na década de 60 com a tecnologia da CEPLAC, não tiveram êxito, dando origem a diversos atritos, fazendo com que em 3 de abril de 1935, a Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S/A se retirasse de Tomé-Açu, levando ao fechamento das fazendas de administração direta (área de 1.000 ha e 300.000 cacauzeiros ainda improdutivos), abolição dos colonos em regime assalariado, fechamento da estação experimental de Açaizal, redução do quadro de funcionários e fechamento da colônia de

Monte Alegre e da Fazenda Castanhal. A instalação da estação de Açaizal, em Tomé-Açu, da estação experimental de Castanhal e de Monte Alegre, decorria da falta de informações tecnológicas sobre a Amazônia, uma vez que o Instituto Agrônomo do Norte (IAN) foi criado no dia 4 de maio de 1939, através do Decreto-Lei 1245, pelo presidente Vargas e razão da sua visita no dia 8 de outubro de 1940. Hachiro Fukuhara, deprimido com o insucesso, retornou ao Japão, tendo indenizado os colonos com suas posses e terminou seus dias em Tóquio, em meio à guerra. A história mostrou os resultados desse empreendimento somente duas décadas depois, tanto que seu busto esculpido em bronze, em frente à sede da CAMTA em 1954, mostra esse pleito de gratidão, bem como de Sanji Muto, o financista que acreditou na Amazônia, em frente a Associação Cultural de Tomé-Açu, em 1964. Yoshio Yamada, em outubro de 1931, retornou à Amazônia, estabelecendo-se em Ourém e dedicando-se à agricultura e ao comércio. Em 1945, mudou-se para Mosqueiro, onde dedicou-se à horticultura. Em 1950, deu início às atividades comerciais, cuja empresa a Y. Yamada transformou-se em um dos maiores grupos econômicos da Amazônia.

Em artigo publicado na revista “O Campo”, em dezembro de 1933, Evaristo Leitão, afirmava que em Acará, localizavam-se 187 famílias japonesas, com 1.037 pessoas, e cerca de 430 construções diversas, além de duas estações de rádio telegráficas, com horários diferentes. O telegrafista Ney Brasil, mais tarde condecorado pelo governo japonês pelos inestimáveis serviços prestados à causa da imigração japonesa, tornou-se o primeiro prefeito de Tomé-Açu, em 1 de setembro de 1959. Encontravam-se plantados 300.000 pés de cacauzeiros, 11.000 amoreiras, 6.000 sapucaieiras, 4.000 mongubeiras, além de cedros, paineiras, pau-rosa, andiroba, cafeeiro, pimenta-do-reino, coco-da-bahia, chá, eucalipto, fruta-pão, castanha-do-pará, sisal, freijó e puxuri. No que concerne à fruticultura, relatava a existência de 20.000 abacaxizeiros, 8.000 bananeiras, 6.000 mamoeiros, 750 laranjeiras, 300 limoeiros, 1.200 cajueiros e 300 mangueiras. Durante os primeiros quatro anos da colônia tinham falecido 51 pessoas, na maioria crianças e nasceram em igual período 113. Nas duas escolas, sob a direção de quatro professores brasileiros, existiam 251 alunos japoneses e brasileiros matriculados. Para o beneficiamento e industrialização dos produtos da colônia, contava com uma usina para arroz, uma instalação para fermentação e secagem do cacau, pequeno aparelho manual para açúcar e outro para a indústria da seda. É interessante observar que até o sucesso da pimenta-do-reino, os japoneses em Tomé-Açu passaram por um processo de adaptação ao ambiente amazônico, testando diversas alternativas, como é o caso do bicho-da-seda.

A concessão em Monte Alegre terminou sendo fracassada pela criação da “Lei de 2%”, para entrada de imigrantes japoneses no Brasil e as mudanças na orientação da política emigracional japonesa, voltada para Manchúria. A colônia de Monte Alegre foi transformada para receber imigrantes nordestinos. A despeito disso, Tanio Oshikiri, que tinha vindo no navio Manila Maru, em 1929, como funcionário da Nantaku, foi designado para trabalhar em Monte Alegre, onde permaneceu até 1930. Henkichi Hiraga, agrônomo formado pela Universidade de Tóquio, que veio em 1931, foi direto para Monte Alegre, onde após permanecer por oito anos, aceitou o convite de Conde Koma,

para trabalhar em Tomé-Açu, tendo em 30 de setembro de 1949, ajudado a fundar a Cooperativa Agropecuária Mista de Tomé-Açu e sido eleito seu primeiro presidente. Com justa razão passou a ser chamado de o “Pai de Tomé-Açu”, pelo atribulado período de dificuldade com que dirigiu a Colônia, no auge da evasão de imigrantes e de dificuldades econômicas. Em 1933, a colônia japonesa em Monte Alegre, tinha desmatado 130 ha, construído 64 km, de estrada para carro e 27 km para carroça, instalados 36 km de fios telefônicos, uma usina para beneficiamento de arroz, sete estufas para secagem de tabaco e uma usina para beneficiamento de algodão. A colônia japonesa em Monte Alegre, em 1933, se resumia a apenas duas famílias, no total de 16 pessoas. Entre as plantações definitivas, existiam 10.000 cajueiros, 6.000 cacauzeiros, 1.500 mongubeiras, 800 andirobeiras, 700 coqueiros, além de experiências com sisal. Outra atividade desenvolvida pela Companhia, foi a de estabelecer uma estação experimental, no km 72, na Parada Sá Pereira, da Estrada de Ferro de Bragança (lado esquerdo sentido Apéu-Castanhal), aproximadamente nos fundos do atual Parque de Exposição Feira Agropecuária de Castanhal, onde efetuou plantações de pimenta-do-reino nativa, andiroba, cedro, fibras, mandioca, cana-de-açúcar, entre outras, o que não deixa de ser interessante, considerando a época em que foi realizada. Nas proximidades desse campo experimental, Conde Koma tinha uma pequena propriedade.

#### **Makinossuke Ussui: a reintrodução da pimenta-do-reino no Brasil**

O plantio da pimenta comum, introduzido pelos portugueses no século XVII, existia desde o início das atividades da Companhia Nipônica de Plantações do Brasil S/A. Na Estação Experimental de Castanhal, as pimenteiras de variedade nativa vingavam com exuberante folhagem, mas apresentavam baixíssima produtividade. Hariyoshi Kataoka, que era funcionário da Nantaku, chegou a ter um plantio de 4.000 pés de pimenta nativa, na Colônia de Iracema, antes da II Guerra Mundial. Posteriormente, conseguiu obter duas estacas de pimenta asiática em Tomé-Açu, que fora multiplicando, efetuando um novo plantio em Fonte Boa, quando então começou a distribuir para outros colonos japoneses. A comercialização da pimenta, no início, era bastante difícil e se restringia à venda em pequena quantidade para comerciantes locais. No final da guerra, em 1945, a pimenta-do-reino passou a despontar como cultura realmente promissora, quando o quilo desse produto subiu de 5 mil réis para 100 mil réis em 1946, isto foi o sinal de largada para a produção de pimenta-do-reino no Estado do Pará. Dessa forma, se em 1947 ocupava o terceiro lugar no volume das vendas, com 10% na participação global, em 1950 já ocupava o primeiro lugar. Essa posição seria mantida até 1981, quando a partir de 1974, com o processo de diversificação, veio apresentando uma tendência decrescente e em 1982, representava menos da metade na participação do volume de vendas.

Em abril de 1933, Makinossuke Ussui, representante da Nantaku, partia do porto de Kobe, no navio Hawaii Maru, com a décima terceira leva de imigrantes, e ao desembarcar em Cingapura, para cremar uma imigrante idosa falecida à bordo, iria trazer as 20 mudas de pimenta-do-reino, que mudaria os rumos da agricultura na Amazônia e da sorte da Colônia. É bem provável que Makinossuke Ussui, já tinha preconcebido quanto a importância da pimenta-do-reino, pois esta cultura era considerada como segunda

alternativa, depois do cacau. É provável que houve a participação de autoridades consulares japonesas em Cingapura, em preparar e entregar as mudas de pimenta-do-reino para Makinossuke Ussui, numa época em que a movimentação de recursos genéticos era bastante intensa, além do interesse estratégico que o Japão tinha no Sudeste asiático antes da II Guerra Mundial. Segundo depoimento de Osamu Hoshimo, a Isolda Maciel da Silveira, a cultura da pimenta--do-reino fazia parte dos planos de Fukuhara. Nessa versão, o substituto de Fukuhara, na Nantaku, em Belém, Hitoshi Ueki, tinha solicitado a Goro Yoshida, que trabalhava no Consulado Japonês em Belém, o envio de mudas de pimenta-do-reino das regiões produtoras no Sudeste asiático. Dessa forma, as autoridades consulares japonesas em Cingapura providenciaram estas mudas e entregaram a Makinossuke Ussui. Pelo fato da longa viagem de navio, não poderiam ser simplesmente estacas de pimenta-do-reino, mas mudas enraizadas em vasilhames, o que reforça essa opinião, quanto a necessidade de apoio do pessoal local. Essa importância pode ser ressaltada pelo fato de que a pimenta-do-reino comum era cultivada entre os colonos, mas apresentava baixa produtividade. O fato é que Makinossuke Ussui, como recrutador de imigrantes, sem ter conhecimento aprofundado da agricultura, teve a sorte de conduzir para Belém as 20 mudas de pimenta-do-reino e cuidar durante a viagem. Essas mudas foram entregues para Kozo Yoshida, encarregado da estação experimental em Tomé-Açu, numa época em que a pimenta ainda não tinha nenhuma importância, com baixos preços e a Nantaku, já em processo de dificuldades, mudou o destino dos imigrantes e da agricultura amazônica. Um de seus parentes, nascido em Quioto, em 1932, Nagisa Oshima, tornou-se um dos grandes diretores do cinema japonês, dirigindo o clássico “O Império dos Sentidos”. O sucesso da pimenta fez com que em 1953, voltasse novamente com a primeira leva de imigrantes de pós-guerra, para Tomé-Açu, com 28 famílias e novamente, em 1959, por ocasião dos festejos do trigésimo aniversário da imigração japonesa na Amazônia.

Das 20 mudas conduzidas por Makinossuke Ussui, cultivadas na Estação Experimental de Açaizal, sob os cuidados de Kozo Yoshida, funcionário da Nantaku, apenas duas conseguiram sobreviver. Em 1935, quando a fazenda foi fechada pela Nantaku, com o encerramento de suas atividades em Tomé-Açu, Tomoji Kato, vindo na primeira turma de imigrantes, e Enji Saito, que veio na segunda turma, transportaram as mudas para seus respectivos lotes e foram os primeiros plantadores da pimenta asiática. A estes agricultores japoneses, Tomoji Kato, falecido em 31 de dezembro de 1956 e Enji Saito, que suicidou-se a 4 de agosto de 1958, em São Paulo, foram os precursores da nova redescoberta da pimenta-do-reino no Brasil. Foram dessas duas mudas de pimenta-do-reino que originaram-se as “estacas” e se multiplicaram através dos anos, atingindo mais de 20 milhões no auge de sua expansão na década de 80. Posteriormente, cada família foi obtendo determinada quantidade de estacas para proceder a multiplicação.

No Estado do Amazonas, os imigrantes japoneses conseguiam a produção de juta na várzea, comprovando-se que era uma cultura adequada e de futuro. O governo do Estado do Pará percebeu imediatamente a importância dessa lavoura para ocupar o vácuo da economia gumífera. Nesse sentido, o Interventor Federal José Carneiro da Gama

Malcher, promulgou o Decreto-Lei 3.065, publicado no Diário Oficial do Estado, no dia 16 de agosto de 1938, concedendo a Kotaro Tuji e Toshio Tsukumo, vantagens para a produção de juta no Estado. Para analisar as possibilidades do Estado do Pará, Sakae Oti, Ishirara e Kenji Ikegami deslocaram-se para o município de Breves, onde instalaram em dezembro de 1938, o primeiro plantio experimental de juta no Estado do Pará. A escolha do município de Breves decorreu por ter se transformado em grande produtor de arroz, a partir de 1917, após a crise do extrativismo da seringueira.

É bem provável que o sucesso da introdução da juta no Estado do Amazonas tenha impressionado o governador Gama Malcher em comparação ao trabalho dos japoneses em Tomé-Açu, com hortaliças, sem muitas perspectivas para o Estado. A atividade de plantio de hortaliça, além de sua baixa remuneração, tinha o problema da perecibilidade, de uma atividade diária sem dias de descanso, confinava os japoneses a um ambiente sem muito respeito, restringido a feiras e mercados e sem perspectivas futuras. Enquanto os japoneses no Estado do Amazonas apresentavam dificuldades de adaptação, em Tomé-Açu verificava-se uma situação que beirava os limites de uma tragédia humana. Embora a malária grassasse no Amazonas, onde muitas vidas foram ceifadas, em Tomé-Açu, os casos eram dramáticos, em face da baixa resistência dos japoneses a esta doença. O controle preventivo da malária só se tornaria efetivo com a descoberta das propriedades inseticidas do DDT, em 1939, pelo suíço Paul Hermann Müller, que em 1948, foi laureado com o Prêmio Nobel de Medicina. Em 1933, foram registrados 3.065 casos de malária para uma população de 2.045 japoneses, cuja incidência permaneceu em 3.035 casos de malária em 1935 e do aparecimento da “febre negra”, fatal em 80% dos casos, decorrente de complicações causadas pelo uso excessivo do quinino, ceifaram dezenas de vítimas em 1936. No período 1929-1939, faleceram 182 pessoas contrastando com 328 nascimentos, 66 falecimentos no período 1940-1949 para 212 nascimentos e 77 falecimentos no período 1950-1959 para 420 nascimentos.

As precárias condições de saúde e a falta de alternativas econômicas causaram a frustração e o desespero, provocando a saída maciça dos colonos com suas respectivas famílias. Dessa forma, 17 famílias (83 pessoas) saíram em 1935, 20 (78 pessoas) em 1936, 25 (119 pessoas) em 1937, 19 (119 pessoas) em 1938, 70 (465 pessoas) em 1939, 69 (415 pessoas) em 1940, 18 (97 pessoas) em 1941 e 38 (227 pessoas) em 1942. Esse insucesso levou a interrupção da migração em 1937, resultando em um balanço de um total de 2.104 emigrantes, onde 1.621 abandonaram a colônia. O sentido dessa dupla migração, bastante comum entre os nordestinos em crises de secas e da falta de alternativas, não sensibilizaram as autoridades brasileiras que viam como atestado de inadaptação e como algo natural. Para os japoneses, vindos do outro lado do mundo, o sentido do engodo, da tragédia e da vergonha, eram o sentimento geral. O sucesso da cultura da pimenta-do-reino a partir da década de 50, causou uma reversão nessa história. Enquanto os japoneses que se dedicaram à juta não conseguiram angariar fortunas, o inverso ocorreu com a pimenta-do-reino.

Em 1940, Sakae Oti, em face do fracasso das experiências em Breves, devido a problemas de malária e das condições de solo, solicitou ao governo do Estado do Pará um campo para produção de sementes de juta nas vizinhanças de Santarém. Yohito Ishihara, efetuou o primeiro plantio comercial de juta entre Juruti e Monte Alegre.

Com a declaração de guerra entre o Brasil e o Japão em 28 de janeiro de 1942, em 17 de abril, os bens dos imigrantes japoneses em Tomé-Açu foram confiscados e a colônia foi transformada em Colônia Estadual de Tomé-Açu (CETA), trazendo grandes prejuízos financeiros para os colonos japoneses. O insucesso das atividades da colônia de Tomé-Açu fez com que grande parte se mudasse para o sul do país ou regressasse para o Japão. Com isso, apenas 49 famílias permaneceram na colônia em 1942 e tiveram sensíveis prejuízos nas suas atividades. Esta colônia, segundo o ponto de vista de alguns colonos foi mais um campo de isolamento, do que propriamente de concentração, por medida de segurança e de proteção, até a libertação em 1946 pelo Interventor Federal Octávio Meira. Aparelhos de rádio, embarcações, armas, livros, dentre outros, foram confiscados dos imigrantes, que em alguns casos utilizavam-se deste procedimento em benefício próprio. É interessante observar que as famílias de japoneses que tinham filhos nascidos no Brasil, como Hariyoshi Kataoka, foram dispensadas de ir para Tomé-Açu, inclusive os filhos foram convocados para o serviço militar, mas obrigados a comparecerem mensalmente na Delegacia de Polícia e comunicar qualquer deslocamento. Por ocasião do torpedeamento do navio Baependi, do Loide Brasileiro, no dia 18 de agosto de 1942, por um submarino alemão, houve um furor popular, onde as casas dos imigrantes japoneses, alemães e italianos, foram incendiadas e seus ocupantes presos, tanto em Belém quanto em Manaus.

### **Pimenta-do-reino marca nova fase da agricultura na Amazônia**

O “boom” da pimenta-do-reino em Tomé-Açu começou a se manifestar no segundo semestre de 1952 e entre 1953 e 1954, a colônia conheceu o verdadeiro período de ouro do chamado “diamante negro” da Amazônia. A II Guerra Mundial, que trouxe tantos transtornos aos imigrantes japoneses na Amazônia, foi também a razão desse sucesso, devido a destruição das plantações de pimenta-do-reino e da prioridade para a produção de alimentos básicos, principalmente, na Malásia e Indonésia, pelas tropas de ocupação japonesa.

Enquanto no ano agrícola 1938/39, a produção mundial de pimenta-do-reino foi de 93.000 toneladas, depois da II Guerra Mundial, no ano agrícola 1951/52 caiu para 43.000 toneladas, como conseqüência da redução para 1/6 da produção da Indonésia. A produção brasileira de pimenta-do-reino em 1938 alcançava apenas 70 toneladas. Em 1953, a pimenta-do-reino preta era cotada a Cr\$ 135,00/kg, subindo para Cr\$ 180,00/kg em 1954, mesmo a despeito da inflação, proporcionava um lucro altíssimo. A retomada do processo de produção pelos países produtores asiáticos, atingindo 70.000 toneladas no ano agrícola 1955/56, levou a queda no preço internacional da pimenta para Cr\$ 56,00/kg em 1956 e para Cr\$ 34,00/kg no ano seguinte (Tabela 1). O fechamento do mercado interno em 1955, tornando-se auto-suficiente e a característica inelástica do

produto, sem possibilidades de ampliar o consumo com a queda de preços, só foi melhorada com o início das exportações em 1956, para a Argentina e os Estados Unidos, em bases regulares. Deve-se mencionar que em 1953, houve uma exportação de 35 toneladas de pimenta-do-reino produzida em Tomé-Açu, para a Argentina (30 toneladas) e para Alemanha (5 toneladas). Na comercialização da safra de 1959, verificou-se uma nova alta no mercado internacional de pimenta-do-reino, decorrente do aparecimento de uma praga nos pimentais do sudeste asiático e da exportação da pimenta indiana para a antiga URSS e seus países satélites. No auge das exportações de pimenta-do-reino, durante a década de 80, o Estado do Pará, chegou a exportar para mais de três dezenas de países.

TABELA 1. Preço de pimenta-do-reino preta no mercado de New York (1940/1970).

| Ano  | US\$ FOB <sup>a</sup> | Ano  | US\$ FOB <sup>a</sup> | Ano  |          |
|------|-----------------------|------|-----------------------|------|----------|
|      | US\$ FOB <sup>a</sup> |      |                       |      |          |
| 1940 | 90,20                 | 1951 | 3.724,60              | 1962 | 805,20   |
| 1941 | 134,20                | 1952 | 3.381,40              | 1963 | 739,20   |
| 1942 | 145,20                | 1953 | 2.811,60              | 1964 | 853,60   |
| 1943 | 149,60                | 1954 | 1.610,40              | 1965 | 1.053,80 |
| 1944 | 165,00                | 1955 | 985,60                | 1966 | 952,60   |
| 1945 | 220,00                | 1956 | 693,00                | 1967 | 831,60   |
| 1946 | 849,20                | 1957 | 696,20                | 1968 | 642,40   |
| 1947 | 970,20                | 1958 | 572,00                | 1969 | 723,80   |
| 1948 | 1.368,40              | 1959 | 666,60                | 1970 | 935,00   |
| 1949 | 2.334,20              | 1960 | 1.280,40              |      |          |
| 1950 | 3.572,80              | 1961 | 1.003,20              |      |          |

Fonte: CAMTA

O comportamento do mercado externo de pimenta-do-reino e a situação dos pimentais asiáticos passaram a dominar o cotidiano dos produtores de pimenta. Enquanto a cultura da juta teve a sua expansão assegurada pela substituição de importações, a da pimenta teve dois movimentos, inicialmente, a da substituição de importações, posteriormente, para exportação.

Com o final da II Guerra Mundial, a colônia obteve a sua independência da CETA em 1949, e passou a ser denominada de Colônia de Tomé-Açu. Nesse mesmo ano, outro importante passo foi dado, com a criação da CAMTA, em 30 de setembro, que contou com a ajuda do poeta e folclorista Bruno de Menezes, entusiasta do cooperativismo no Pará, para efetivar seu processo de legalização. O período que vai de 1947 até 1968, se caracterizou por uma grande prosperidade entre os imigrantes japoneses em Tomé-Açu e aqueles que se dedicaram ao plantio da pimenta-do-reino, principalmente em Santa Izabel do Pará e Castanhal. Esse apogeu ficou conhecido como a “febre da pimenta” ou a

do “diamante negro”. Como sinal dessa opulência, em 15 de novembro de 1954, por ocasião das festividades de 25 aniversário da Colônia de Tomé-Açu, que contou com a presença do governador Alexandre Zacarias de Assunção, foi inaugurado o aeroporto Dionísio Bentes, em Tomé-Açu, onde os principais clientes, foram os japoneses plantadores de pimenta-do-reino. As casas dos japoneses plantadores de pimenta-do-reino, dependendo do grau de dependência e da capacidade de plantio, assumiram evoluções partindo de casas cobertas de cavaco, de madeira beneficiada com cobertura de telha e daqueles de alvenaria. Como símbolo maior de ostentação, veículos, automóveis “galaxias” estacionados nas residências e percorrendo as estradas rurais entre os plantios de pimenta. A compra de maquinaria agrícola e de fertilizantes químicos, levou um comércio paralelo sem precedentes ao interior paraense. Em Tomé-açu, em 1957, foi criada a Cooperativa Central dos Plantadores de Pimenta-do-reino no Estado do Pará, que teve duração efêmera, fechando em 1960, em face da dualidade de propósito com a CAMTA. O número de associados da CAMTA cresceu de 62 produtores em 1951, para 219 associados em 1960, alcançando 271 em 1965, 314 em 1970 e o máximo em 1971, com 389 produtores. O total de pimenteiras cresceu de maneira geométrica, atingindo a casa de 1 milhão de pés em 1960, dobrando em 1965 e atingia 3 milhões em 1974, somente entre os colonos de Tomé-Açu. A produção de pimenta-do-reino cresceu de 21 toneladas em 1947, atingindo 80 toneladas em 1950 e superava a 2.300 toneladas em 1960 (Tabela 2).

TABELA 2. Número de cooperados e pés de pimenta-do-reino e produção na Colônia de Tomé-Açu, Pará, 1947-1960.

| Ano  | Cooperados | Número pimenteiras | Produção |             |              | (kg)    |
|------|------------|--------------------|----------|-------------|--------------|---------|
|      |            |                    | Total    | Mais 3 anos | Menos 3 anos |         |
| 1947 | 58         | 30.550             | 12.905   | 17.645      |              | 21.065  |
| 1948 | 53         | 48.450             | 13.905   | 34.545      |              | 38.361  |
| 1949 | 59         | 65.490             | 30.560   | 34.930      |              | 69.338  |
| 1950 | 61         | 104.700            | 48.450   | 56.250      |              | 80.000  |
| 1951 | 62         | 176.375            | 65.490   | 110.885     |              | 294.016 |
| 1952 | 65         | 253.555            | 104.700  | 148.855     |              | 465.332 |
| 1953 | 78         | 332.655            | 105.370  | 227.285     |              | 650.000 |
| 1954 | 78         | 443.893            | 176.575  | 267.318     |              | 800.000 |
| 1955 | 103        | 564.453            | 252.905  | 311.548     |              | 890.000 |
| 1956 | 103        | 670.443            | 295.057  | 375.386     | 1.200.000    |         |
| 1957 | 103        | 767.230            | 403.613  | 363.617     | 1.800.000    |         |
| 1958 | 176        | 820.665            | 459.363  | 361.302     | 2.300.000    |         |
| 1959 | 186        | 916.500            | 584.000  | 332.500     | 2.300.000    |         |
| 1960 | 219        | 1.193.800          | 834.900  | 358.900     | 2.368.000    |         |

Fonte: Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu

O sucesso da pimenta-do-reino desencadeou uma grande procura de mudas, fazendo com que produtores inescrupulosos passassem a vender estacas de pimenta comum e de ramos “ladrões” da pimenta asiática. Como um pé de pimenta-do-reino adulta proporciona apenas 30 mudas adequadas, e que estas chegaram a custar 5 mil réis cada estaca, é de imaginar a tentação de colocar estacas inapropriadas para os incautos, em face dos lucros cessantes com o corte da pimenteira. Muitas pessoas, como o deputado Ferro Costa e de imigrantes japoneses de outras partes da Amazônia, foram vítimas dessas vendas inescrupulosas de estacas de pimenta, que alcançavam alto preço. O processo inicial de beneficiamento da pimenta-do-reino preta era bastante trabalhoso, exigindo a necessidade de utilizar água fervente por três minutos e depois posta a secar ao sol. A pimenta branca era produzida inicialmente em pequena quantidade, onde depois da infusão na água fervida era mergulhada em água fria para retirar a casca e depois seca. Em 1960, começaram a entrar os primeiros secadores, como o da Matheus Torres & Cia, que tinha tradição na fabricação de secadores para grão, tornou-se a mais utilizada. Em 1959 houve a primeira exportação de pimenta branca para os Estados Unidos e por volta de 1965, os produtores começaram a produzir a pimenta branca em maior quantidade, o que levou alguns locais a conflitos, com relação à poluição de cursos de água. Apesar do seu preço superior, no Estado do Pará, não houve uma tendência a especializar nesse sentido, como ocorreu na Indonésia.

### **Sucesso da juta e pimenta-do-reino como justificativa da imigração japonesa no pós-guerra**

Em 2 de agosto de 1951, Uyetsuka embarcou do Japão com destino à Amazônia, após uma ausência de dez anos, encontrou-se com o governador Álvaro Maia, do Amazonas e o general Alexandre Zacarias de Assunção, do Pará. Tsukasa Uyetsuka acompanhado de Kotaro Tuji, foram recebidos em audiência no Palácio do Catete, pelo presidente Getúlio Vargas, no dia 22 de setembro de 1951, onde foi efetuada uma proposta de entrada de 5.000 famílias japonesas para plantar juta. O presidente Getúlio Vargas aceitou a petição e encaminhou para Dr. Nilo Alvarenga, Presidente do Conselho Nacional de Imigração e Colonização e que foi aceita em 17 de outubro de 1951. Deu-se início à imigração japonesa do pós-guerra, onde em 1952, foram enviadas as primeiras 17 famílias, num total de 54 pessoas e em 1953, foram enviadas 252 famílias para o Brasil, sendo desse total, 140 famílias para os Estados do Amazonas e Pará.

Em 25 de junho de 1953, partia do porto de Kobe, no navio America Maru, a primeira leva de 28 famílias do pós-guerra, destinadas a colônia de Tomé-Açu. Outras colônias, como a do Guamá, no município de Santa Izabel do Pará, de brasileiros e japoneses, foi instalada em 1955, a Colônia 13 de Setembro (1954), em Porto Velho, de Rosário (1960) e de Pedrinhas (1962), ambas no Maranhão. Grande parte das colônias do pós-guerra eram mistas, para facilitar a assimilação, que foi uma das preocupações referentes a imigrantes alemães e japoneses e de proporcionar a difusão de novas tecnologias agrícolas. Apesar de muitos costumes japoneses estarem atualmente integrados a cultura nacional, como pratos típicos, sistemas de administração, cultos religiosos, esportes, máquinas e equipamentos, entre outros, no passado, a existência de jornais e revistas em

língua japonesa, o uso e o ensino desse idioma nas colônias, constituíam preocupação das autoridades brasileiras quanto a formação de quistos sociais.

A vinda de imigrantes acontecia também mediante convite para trabalhar em propriedades de outro imigrante mais bem sucedido ou de brasileiros, como ocorreu na propriedade do senador Gabriel Hermes, em Santa Izabel do Pará. Foi o que ocorreu, por exemplo, com um grupo de dez famílias que vieram no America Maru, aportando em Belém, no dia 4 de novembro de 1954, para dedicar-se a atividades hortícolas. O sucesso da cultura da pimenta-do-reino, levou a dirigir a esta atividade, em abandono ao propósito original da vinda, que era relacionada a produção de hortaliças. Assim, no Estado do Amazonas, a pimenta-do-reino, em face da dificuldade de adubo orgânico naquele Estado, os agricultores foram compelidos a se dedicarem a avicultura e hortaliças, em um processo simbiótico, com evidente aumento no custo de produção. No Maranhão, devido a dificuldades de estacas para suporte de pimenta-do-reino e do clima mais seco, não teve também o sucesso verificado no Estado do Pará. Este mesmo aspecto foi verificado em Rondônia e no Amapá, para onde se dirigiram algumas famílias de japoneses. O fracasso de muitas colônias japonesas, como a do Maranhão, na década de 60, decorreu exatamente da dedicação às atividades hortícolas, pela falta de um produto principal, sem maiores problemas de competição com produtores brasileiros e sujeito a tabelamentos oficiais. A isso deve ser associado, no caso do Maranhão, a escolha inadequada da área, para ser o núcleo da colônia, decorrente de interesses políticos da época. A debandada dos japoneses dos diversos núcleos da Amazônia fez com que muitos desses imigrantes passassem a se concentrar ao longo da estrada Castanhal-Curuçá e Castanhal-São Francisco do Pará, durante a década de 60, para a produção de pimenta-do-reino.

As razões de fracasso dos imigrantes japoneses na Amazônia estão associados, também, a dificuldades de transporte, de escassez de mão-de-obra, de liderança, do isolamento, de discussões internas e da falta de possibilidade de educação para os filhos. O aspecto crucial é contudo a rentabilidade das atividades produtivas e o mercado. As atividades voltadas para ao mercado local proporcionam apenas uma renda suplementar como sobrevivência para eventos imprevisíveis e de curto prazo. A melhoria da situação econômica depende de atividades que tenham viabilidade econômica no mercado nacional e internacional.

Os novos imigrantes dos pós-guerra que vieram para a Amazônia, tinham um perfil completamente diferente daqueles da pré-guerra. Faziam parte os ex-combatentes, o pessoal do setor de serviços e também, os agricultores, que não visualizavam perspectivas no seu país. O tempo de viagem de navio através do canal do Panamá era mais curto, em comparação com as antigas rotas que dobravam o sul da África. O Japão depois da guerra passou por uma inflação galopante, onde colocando 1945 como índice, foi de 515 % em 1946, 1.655% em 1947, 4.857% em 1948 e 7.889% em 1949, chegando a quase 8.000% no período considerado.

Em junho de 1950, com o início da guerra da Coréia, o Japão começou a experimentar o primeiro surto de crescimento no pós-guerra, onde passou a ser usado como base de suprimentos, bem como local de “descanso e relaxamento” de soldados americanos. O início da guerra civil na China Continental, em 1948, em favor dos comunistas, devem ter influenciado na política americana com relação ao apoio ao Japão. Com a chegada do navio Nippon Maru, em Santos, no dia 27 de março de 1973, transportando 205 japoneses para São Paulo e Minas Gerais, foi encerrado o ciclo da migração marítima de imigrantes japoneses ao Brasil.

O crescimento econômico do Japão a partir da década de 60, passou a absorver, em maior escala, a sua própria mão-de-obra. Como símbolo desse progresso, em 1964, Tóquio sediou os XVIII Jogos Olímpicos. Na década de 80, teria o fenômeno inverso, a dos “dekasseguis”, constituída de 154.000 imigrantes japoneses e seus descendentes, para trabalharem no Japão, cuja imagem passou ao domínio da comoção nacional, com o terremoto ocorrido em Kobe, no dia 17 de janeiro de 1995. Apesar do evidente lucro proporcionado pelo trabalho no Japão, permitindo efetuar investimentos na propriedade, principalmente para a pecuária, os resultados pós-retorno foram prejudiciais para a agricultura, uma vez que cresceu o interesse por atividades de comércio e de especulação.

#### **Inserção da pimenta-do-reino na vida política, econômica e social da Amazônia**

O progresso advindo da expansão dos pimentais em Tomé-Açu fez com que, em 1959, fosse desmembrado de Acará e elevado a categoria de município. A luta pela emancipação iniciou-se em 1955, ainda durante o governo Zacarias de Assunção, que foi revogada pelo governador Magalhães Barata e criado pelo governador Moura Carvalho pela Lei 1.725, de 17 de agosto de 1959, transformando em 60º município paraense no dia 1 de setembro daquele ano. Nas eleições de 15 de novembro de 1959, os irmãos Satoshi e Gilberto Fukushi Sawada foram eleitos como os primeiros vereadores nisseis da Amazônia, que foram seguidos de exemplos semelhantes nos anos posteriores. Em 15 de novembro de 1963, Gilberto Sawada foi eleito prefeito de Tomé-Açu, tornando-se o primeiro nissei na Amazônia, a assumir um cargo dessa natureza. Posteriormente, como prova desse processo de evolução política, Fernando Yamada, tornou-se Secretário Estadual de Indústria e Comércio e outro nissei, Teodoro Nagano, foi ungido ao cargo de deputado estadual. Os descendentes de japoneses tornaram-se médicos, agrônomos, dentistas, engenheiros, burocratas e professores universitários, sem falar nos diversos escalões da administração estadual e federal. Do lado japonês, Saburo Chiba, que chegou a ser um diretores da Nantaku, tornou-se deputado pelo Partido Liberal e um dos fundadores da Associação Parlamentar Brasil-Japão, sempre esteve ligado a Tomé-Açu e à questão amazônica. Morreu na cidade do México, em 1979, a caminho de Belém, onde ia participar dos festejos do cinquentenário da imigração japonesa na Amazônia, tendo suas cinzas sido enterradas em Tomé-Açu.

Em 1955, a produção de pimenta-do-reino dos japoneses conseguiu atingir a auto-suficiência nacional. Ao longo do tempo, observou-se a elaboração das normas com as especificações para a padronização, classificação e comercialização do produto, como o

Decreto 1.209, de 20 de junho de 1962, posteriormente reformulado pela Lei 6.305, de 15 de dezembro de 1975, que entrou em vigor pela Portaria 26, de 17 de janeiro de 1980. Em 29 de outubro de 1979, o Presidente Figueiredo, atendendo a exposição de motivos do Ministro Saraiva Guerreiro, encaminhou mensagem ao Congresso Nacional, para se tornar membro da Comunidade Internacional da Pimenta-do-reino, aberto a assinatura em Bangkok, Tailândia, no período de 16 de abril a 31 de agosto de 1971. Esta mensagem foi aprovada pelo Senado Federal em setembro de 1980, passando o Brasil a compartilhar com a Índia, Indonésia, Malásia e Madagascar e a vigorar com a entrada em vigor do Decreto-Lei 86.230, de 28 de julho de 1981. Os objetivos principais do Acordo eram coordenar e estimular as pesquisas sob os aspectos agrônômicos e os referentes à comercialização da produção entre os principais países produtores de pimenta-do-reino. Este comprometimento com os países produtores é o reflexo da importância que a pimenta-do-reino passou a assumir na pauta das exportações brasileiras, situando-se entre os dez principais produtos de origem vegetal. A busca de especiarias que há cinco séculos culminou com o descobrimento da América e do Brasil, teve um sentido inverso quando no final de 1981, Belém sediou a 7ª Reunião da International Pepper Community e, no período de 19 a 22 de outubro de 1982, a 10ª Reunião da International Pepper Community, que se repetiu em 1990 e em 1995.

Os animais, as plantas e as doenças trazidas do Velho Mundo exerceram uma papel preponderante na dominação das terras descobertas pelos navegantes a partir do século XV. A partir do século XVII, o melhoramento de plantas passou a despertar interesse como forma de atividade capitalista, procurando-se desta forma melhorar as culturas existentes e introduzir outras novas. Isto aconteceu no caso da borracha, do café, do cacau, do chá, da banana, da chinchona e de outras espécies tropicais. Nesta troca de material genético, vale a lei do mais esperto, onde aqueles que conseguirem deter a primazia da aclimação, domesticação ou a do melhoramento genético, ganharam as vantagens e oportunidades de mercado. No momento em que se discute a grande riqueza da biodiversidade da Amazônia, esta se constitui apenas em recurso hipotético ou potencial, caso não sejam investidos recursos de pesquisa, visando a sua identificação, domesticação, beneficiamento, industrialização, entre outros, para se transformar, por exemplo, em um produto medicinal. Dessa forma não constitui surpresa, quando textos científicos começaram a relatar experimentos com ipecacuanha, cultivados em Darjeeling, Índia, uma importante planta medicinal devido ao seu componente ativo, a emetina. O sentido ético, das introduções de recursos genéticos, depende, portanto, do ponto de vista do país prejudicado ou beneficiado.

Os países asiáticos sempre fizeram grande restrição quanto a saída de material genético de pimenta-do-reino, mas isso não impediu que o Dr. José Rubens Gonçalves, técnico do Ministério da Agricultura, do Estado do Pará, em viagem à Índia, conseguisse conduzir estacas da variedade Panniyur, adquirida de um viveirista em Trichur, desenvolvida pela Pepper Research Station, localizada em Panniyur, Taliparamba, Estado de Kerala, em dezembro de 1976 para a Amazônia. Esta variedade se caracterizou por ter espiga mais longa comparada com a variedade Cingapura introduzida por Makinossuke Ussui. No

início da década de 80, o CPATU procedeu a novas introduções mediante consultoria do técnico indiano P. K. V. Nambiar e de visitas de pesquisadores brasileiros àquele país, permitindo alargar a base genética antes restrita a apenas uma variedade. Estas variedades foram aclimatadas no CPATU, permitindo a sua distribuição entre os produtores a partir de 1981, com grande aceitação. Devem-se destacar os trabalhos de pesquisas com a cultura da pimenta-do-reino iniciadas por Dr. Fernando Carneiro Albuquerque, posteriormente de outros pesquisadores, ampliando a fronteira de conhecimento científico e tecnológico sobre esta cultura.

O desenvolvimento de nova atividade produtiva é acompanhado também pela formação de estruturas de comercialização, como aconteceu com a juta nas várzeas amazônicas e da malva na região do nordeste paraense. No caso da pimenta-do-reino também não foi diferente, onde uma rede de intermediação foi formada partindo-se do nível de produtores até os exportadores. Em 28 de janeiro de 1977, foi fundada a Associação Brasileira de Exportadores e Produtores de Pimenta-do-reino (ABEP), com o objetivo de congregar produtores e exportadores, a zelar pela qualidade do produto e na determinação de políticas para o setor. O primeiro presidente foi Mário Tocantins Lobato e até dezembro de 1995, quando encerrou o mandato da 14 Diretoria, que teve como presidente Hiroshi Okajima, que tendo chegado ao Brasil ainda criança, no navio América Maru, em 1954, mostrou o sucesso da capacidade empresarial e de trabalho, tornando-se proprietário do maior plantio de pimenta-do-reino no mundo, com mais de 300 ha contínuo e combinando com atividades de exportação. Das 14 Diretorias, quatro foram presididas por descendentes de japoneses. Congregando interesses de pelo menos duas dezenas de exportadores suas ações caracterizam a de um oligopsonio disfarçado, procurando apropriar o máximo do excedente do produtor. Como de praxe, os interesses dos exportadores sempre falavam mais alto que os interesses dos produtores, até que a crise dos preços na década de 90, levaram à reivindicação quanto a isenção do ICMS. O governador Jader Barbalho concedeu a isenção de 13% do ICMS, no dia 28 de janeiro de 1994, pelo Decreto 2.278, que foi prorrogado no dia 21 de dezembro de 1994, no final do governo Carlos Santos, pelo Decreto 3.147, tornando-se em assunto de solicitação para o governo Almir Gabriel. Apesar da pimenta-do-reino ter seus preços formados no exterior, havia um acordo prévio quanto ao comportamento dos preços na próxima safra, obedecendo determinadas especificidades, tais como a presença de navio no porto de Belém, emissão de boatos a respeito da produção dos países produtores, condições climáticas dos países produtores e do mercado, da área de abrangência de cada comprador, e assim por diante.

Em 1957, durante a euforia da expansão dos pimentais, estes começaram a ser atacados pelo Fusarium, até então uma doença inexistente nos pimentais, cujo efeito imediato foi a redução da vida útil. Apelidada de “aids” da pimenta-do-reino, o aparecimento do Fusarium provocou grandes transformações na estrutura econômica e social dos plantadores de pimenta-do-reino. A partir do final da década de 60, o produtor passou a ter pimentais com diversas faixas de idade para compensar as perdas com Fusarium. Verificou-se que em face do risco da doença e da redução da vida útil, os produtores de

pimenta-do-reino no Estado do Pará, durante a década de 70, passaram a ter 50% de pimentais novos, como pimentais de risco (para compensar perdas futuras) e 50% de pimental em produção. Foi uma fase em que o produtor passou a conviver com a doença e que mais tarde viria a perceber que o inimigo mortal da pimenta-do-reino era o preço, dada à dependência quase total com o mercado internacional.

A violenta expansão do *Fusarium* nos pimentais, a partir de 1970, provocou a transformação dessa cultura como se fosse uma cultura de subsistência. A pimenta-do-reino passou a caminhar pelas rodovias abertas do Estado do Pará, produzindo ciclos de prosperidade naqueles municípios onde a pimenta entrava, para depois de oito a dez anos declinarem, apresentando uma curva de produção semelhante a de um sino. A lavoura de pimenta-do-reino, por ser altamente intensiva em mão-de-obra, significava uma pessoa empregada durante o ano para cada tonelada de pimenta seca colhida. Na época da colheita significava o emprego de milhares de homens, mulheres e crianças, mobilizando o comércio local em uma intensa atividade. Esta expansão coincidiu com a política rodoviária que passou a implementar na Amazônia, com a inauguração da rodovia Belém-Brasília, em 1970. Em 1965 foi desativada a Estrada de Ferro de Bragança, mas a capilarização de vias rodoviárias no nordeste paraense permitiu que essa cultura ocupasse as antigas áreas de culturas alimentares. Isso ocorreu também ao longo da rodovia Transamazônica, Cuiabá-Santarém e em Rondônia. Em novembro de 1972, foi aberta a rodovia Tomé-Açu conectando com a Belém-Brasília e em 11 de dezembro de 1973, o governador Fernando Guillhon inaugurou a rodovia Tomé-Açu/Belém, quebrando a dependência do transporte fluvial, abrindo novas possibilidades de mercado. A modernidade na Amazônia se transferia da dependência dos portos e das estações ferroviárias para as estações rodoviárias. A abertura da estrada trouxe também, como consequência, a perda da tranquilidade, com a entrada de migrantes, madeireiros e da pecuária. Em 1974 foi concluído o asfaltamento da rodovia Belém-Brasília, permitindo o escoamento de produtos oriundos da diversificação das antigas e novas áreas de pimentais, principalmente de mamão hawai e do melão, exportados para os Estados do centro-sul e do nordeste. Alguns imigrantes japoneses mudaram-se para os Estados da Bahia e do Espírito Santo, para escaparem da doença, que também acabaram dizimando estes pimentais, como aconteceu com outros núcleos na Amazônia. Para complicar, em 1966, outra doença, de menor gravidade, denominado de “virus do mosaico do pepino”, passou também a afetar os pimentais.

A saída dos japoneses dessa “crise ecológica”, foi a diversificação das atividades. Novas culturas, como o mamão hawai e o melão, também introduzidos pelos japoneses, passaram a dominar o cenário agrícola, em uma atividade altamente intensiva no uso de insumos modernos. A introdução do mamão hawai, de consumo individual, substituindo os mamões de grande tamanho, de consumo familiar e com necessidade de guardar a parte não consumida, mudaram o padrão de consumo nacional. O desenvolvimento do cultivo do mamão hawai no Estado do Pará, deve-se a Akihiro Shirokihara, pertencente ao movimento religioso Tenrikyo, nascido no Japão em 1938, preocupado com a situação dos japoneses as voltas com grandes prejuízos com a expansão do *Fusarium* nos

pimentais. Em junho de 1970, Shirokihara obteve sementes de mamão desenvolvida na University of Hawaii, da variedade Sunrise Solo, permitindo que Azuma Maruoka, em 1971, obtivesse a primeira safra de mamão hawaii, no município de Santo Antônio do Tauá. Em 1973, Narao Tamasu e Noburu Oya, introduziram diretamente do Hawaii, sementes de mamão, efetuando um grande plantio em São Francisco do Pará, cuja produção obtida em abril de 1974 teve grande aceitação no mercado de Belém e a partir de 1975, no mercado de São Paulo. A ampla aceitação desse produto, fez com que, em pouco tempo surgissem áreas concorrentes no nordeste, Bahia e São Paulo, perdendo a competitividade do mamão paraense. Do ponto de vista da biodiversidade, a substituição do mamão comum pelo mamão hawaii, mostrou que o risco da perda de recursos genéticos é muito mais intensa nas espécies comuns do que nas espécies selecionadas. Enquanto as espécies nativas se caracterizam por poucas espécies, nas plantas domesticadas a variação existente é muito maior, e está sujeita a mudanças de mercado e de atividades. Os imigrantes japoneses também se distinguiram na introdução da acerola no Estado do Pará, que pode ser considerada a planta da década de 90, introduzida no Brasil pela Universidade Federal Rural de Pernambuco, através da docente Maria Celene Cardoso de Almeida, quando de seu regresso de um curso de especialização em Porto Rico, em 1956. Os baixos preços da pimenta-do-reino, aliados à grande necessidade de mão-de-obra, provocaram também movimentos visando a sua substituição por outras atividades, como a laranja, o dendê, a pecuária, o cupuaçu, o maracujá e outras fruteiras exóticas.

A preocupação do governo japonês com a sorte dos produtores japoneses abalados com a crise da doença nos pimentais se traduziu com a instalação do Instituto Experimental Agrícola Tropical da Amazônia (INATAM), fundado em 1974 e reinaugurado com a presença do Ministro de Agricultura Alysson Paulinelli, em 1977. Além de tentar resolver o problema do Fusarium, procurava outras alternativas agrícolas para os colonos japoneses em Tomé-Açu. É bem provável que os governantes japoneses preocupados com o alto custo dessa iniciativa e da própria legislação brasileira que não permite o funcionamento de instituições de pesquisas estrangeiras sem a participação de pesquisadores nacionais, levaram ao seu fechamento e à entrega do patrimônio para o CPATU, em 1985. Em 27 de junho de 1979, houve uma iniciativa por parte do Deputado Federal Brabo de Carvalho, quando apresentou o Projeto de Lei n 1.439, visando à criação do Instituto da Pimenta-do-reino (IPR), com sede em Belém, Pará e jurisdição sobre a Regiões Norte e Nordeste. O objetivo desse Instituto seria o de promover o desenvolvimento tecnológico, criação de cooperativas, realização de estudos de mercado, garantia da qualidade e preços justos para o produtor. Por se tratar de uma iniciativa paralela da Associação Brasileira dos Exportadores e Produtores de Pimenta-do-reino, criada em 1977, este projeto não foi aprovado. No início da década de 80, houve também uma tentativa quanto à proposta de fundação do Instituto do Guaraná, pela senadora amazonense Eunice Michilles.

## Considerações finais

A imigração japonesa no Estado do Pará, abandonada a euforia inicial da Nantaku, de executar um grande projeto agrícola, não bem definido, fez com que os japoneses se dedicassem ao plantio de hortaliças para o abastecimento de Belém. No caso do Estado do Amazonas, pelo fato do núcleo colonial estar situado em Parintins, distante 435 km de Manaus, inviabilizou a produção de hortaliças, que só se efetivou com a imigração de pós-guerra, com o declínio da lavoura da juta e com a implantação das colônias de Bela Vista e Ephigênio Salles. O atrativo da pimenta-do-reino fez com que das 120 famílias destinadas à colônia de Bela Vista, apenas 30 permanecessem. No Estado do Pará, a expansão da cultura da pimenta-do-reino, produziu um movimento oposto, levando ao abandono das atividades de hortaliças, em favor da nova cultura muito mais rendosa. O abandono da produção de hortaliças coincidiu também com a abertura da rodovia Belém-Brasília, abrindo o mercado de Belém para a entrada de produtos hortícolas, frangos, ovos, laranja, laticínios, entre outros, muitos deles produzidos por agricultores japoneses do Sul do país, vinculados a Cooperativa Agrícola de Cotia, aumentando o risco dessas atividades.

A grande contribuição dos agricultores japoneses em Tomé-Açu, foi a de introduzir na Amazônia, fertilizantes químicos e a mecanização agrícola. Num ambiente, em que o recurso terra era abundante, o sistema tradicional da agricultura, era de derrubada e queimada, em um itinerantismo constante. Antes do sucesso da cultura da pimenta-do-reino, a cultura do arroz era a base principal da agricultura dos colonos japoneses. Nessa atividade o procedimento adotado era semelhante a dos agricultores nativos, consistindo na derrubada de matas, preparar o solo, semear e colher e abandonando as terras. Inclusive a terra para o cultivo do arroz era cedida do Estado, daí o seu aproveitamento apenas durante o período propício. Os colonos japoneses de Tomé-Açu chegaram a ter oito moinhos d'água para beneficiamento de arroz, com capacidade total de 24.000 sacas por ano. A experiência da imigração japonesa na Amazônia, tal qual os colonizadores procedentes do Centro-Sul do país mostram que podem sofrer um processo de regressão técnica, em comparação com a região de procedência, adaptando-se a um novo conjunto de circunstâncias.

Apesar de no início ser uma cultura exclusiva de agricultores japoneses, rapidamente foi democratizada pelos produtores brasileiros, que passaram a absorver as técnicas de cultivo e beneficiamento. Essa expansão fez com que em 1982, o Brasil alcançasse a posição de primeiro produtor e exportador mundial de pimenta-do-reino, desbancando tradicionais países produtores milenares dessa cultura. Isso comprovava mais uma vez, a grande resposta dos produtores brasileiros a incentivos de preços e de mercados, causando, como consequência, um prejuízo coletivo. Numa época em que se discute na Amazônia a importância das reservas extrativistas e dos sistemas agroflorestais adotados pelos agricultores nipo-brasileiros de Tomé-Açu, deve-se chamar a atenção que esta experiência não dá para ser simplesmente copiada e imitada. As circunstâncias em que foram desenvolvidas, da cultura diferenciada, da sorte e do aproveitamento das vantagens emergentes, mostram a singularidade da experiência e do aspecto temporário das atividades. Enquanto as propostas das reservas extrativistas, por exemplo, tendem a

perpetuar essa atividade, a experiência dos japoneses na Amazônia, mostram que as culturas têm um ciclo de vida determinado pelo mercado, em que não adianta insistir na sua permanência. Para culminar essa história, a tradicional Escola de Samba de Belém, o "Rancho Não Posso me Amofiná", consagrou - se campeã do Carnaval de 1995, com uma apologia sobre a pimenta-do-reino introduzida pelos imigrantes japoneses.

### **Agradecimentos**

O autor manifesta seus agradecimentos a Osvaldo Ryohei Kato, Hiroshi Okajima, Robert T. Walker, Fernando Carneiro Albuquerque, José Rubens C. Rodrigues, aos imigrantes japoneses pelas informações prestadas e ao material bibliográfico conseguido.

### **Referências consultadas**

- ÁLBUM comemorativo do 25 aniversário de fundação da Colônia de Tomé-Açu, Estado do Pará, 1929-1954. Tomé-Açu: Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu, 1955.
- ARAÚJO, P.S.R.; MINAMI, K. *Acerola*. Campinas: Fundação Cargill, 1994. 81p.
- BARROS, S.M. *Sustainability and social adaptation in the Brazilian Amazon: the Japanese of Tomé-Açu, 1929-89*. Berkeley: University of California, 1990. 93p. Tese Mestrado.
- BENCHIMOL, S. *Amazônia - um pouco - antes e além - depois*. Manaus: Ed. Umberto Calderaro, 1977. 841p. (Coleção Amazoniana, 1).
- BOSERUP, E. *Evolução agrária e pressão demográfica*. São Paulo: Hucitec / Polis, 1987. 141p.
- CASTRO, F.M. *Cinqüenta anos da imigração japonesa na Amazônia*. Belém: Falangola, 1979. 122p.
- COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE TOMÉ-AÇU. *Roteiro ilustrado da Colônia de Tomé-Açu*. Tomé-Açu, 1957. 52p.
- COOPERATIVA AGRÍCOLA MISTA DE TOMÉ-AÇU. *Roteiro ilustrado da Colônia de Tomé-Açu*. Tomé-Açu, 1975. 52p.
- CROSBY, A.W. *Imperialismo ecológico: a expansão biológica da Europa, 900- 1900*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993. 319p.
- CRUZ, E. *Colonização do Pará*. Belém: Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, 1958. 178p.
- A CULTURA japonesa plantada no Pará. *Amazônia Hoje*, v.1, n.11, p.28-31, nov. 1989.
- DEMOOR, D.A. *Japanese colonization and immigration in the Amazon Basin, Brazil*. Los Angeles: University of California, 1964. Tese Mestrado.
- FLOHRSCHUTZ, G.H.H.; HOMMA, A.K.O.; KITAMURA, P.C.; SANTOS, A.I.M. *O processo de desenvolvimento e nível tecnológico de culturas perenes: o caso da pimenta-do-reino no nordeste paraense*. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1983. 82p. (EMBRAPA-CPATU. Documentos, 23).
- FLOHRSCHUTZ, G.H.H. *Análise dos estabelecimentos rurais do município de Tomé-Açu, Pará; um estudo de caso*. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1983. 44p. (EMBRAPA-CPATU. Documentos, 19).
- FRANZ, C. Domestication of wild growing medicinal plants. *Plant Research and Development*, Tübingen, v.37, p.101-111, 1993.

- GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ. **Arigatô**. Belém, Secretaria de Estado de Cultura. 1995. 248p.
- HOMMA, A.K.O. **Análise fracional do mercado externo de pimenta-do-reino**. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1981. 23p. (EMBRAPA-CPATU. Circular Técnica, 21)
- HOMMA, A.K.O. Estaca viva de cajueiro. **Coopercotia**, São Paulo, jun. 1968 (Seção de Cartas).
- HOMMA, A.K.O. **Fontes de crescimento da agricultura paraense 1970/80**. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1981. 29p. (EMBRAPA-CPATU. Boletim de Pesquisa, 27)
- HOMMA, A.K.O. **Oferta e demanda de pimenta-do-reino a nível mundial: perspectivas para o Brasil**. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1981. 29P. (EMBRAPA-CPATU. Miscelânea, 8)
- HOMMA, A.K.O. Pimenta doente assunto nacional. **Correio Agropecuário**, São Paulo, v.10, n.162, p.6, abr.1970
- HOMMA, A.K.O. Por que perder divisas com especiarias. **Correio Agropecuário**, São Paulo, v.9, n.158, p.6, dez.1969
- HOMMA, A.K.O.; MIRANDA FILHO, L. **Análise da estrutura produtiva da pimenta-do-reino no Estado do Pará, 1977/78**. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1979. 68p. (EMBRAPA-CPATU. Comunidade Técnico, 20)
- HOMMA, A.K.O. Além da pimenta do reino outras especiarias tem futuro no Brasil. **Agricultura & Pecuária**, Rio de Janeiro, n.550, p.6, 1970.
- HOMMA, A.K.O.; SILVA, G.C.V.; REBELLO, A.P.P. **Análise da variação estacional do preço da pimenta-do-reino para exportação**. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1978. 13p. (EMBRAPA-CPATU. Comunicado Técnico, 9)
- HOMMA, A.K.O.; WALKER, R.T.; CARVALHO, R.A.; FERREIRA, C.A.P.; CONTO, A.J.; SANTOS, A.I.M. Dinâmica dos sistemas agroflorestais: o caso dos agricultores nipo - brasileiros em Tomé-Açu, Pará. In: CONGRESSO BRASILEIRO SOBRE SISTEMAS AGROFLORESTAIS, 1., 1994, Porto Velho. **Anais**. Colombo: EMBRAPA-CNPQ, 1994. 496p. (EMBRAPA. CNPQ. Documentos, 27). p.51-63.
- O JAPÃO plantado no Brasil. **Globo Rural**, v.1, n.2, p.3-90, mar. 1988. Edição Especial.
- KITAMURA, P.C.; HOMMA, A.K.O.; FLOHRSCUTZ, G.H.H.; SANTOS, A.I.M. **A pequena agricultura no nordeste paraense**. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1983. 40p. (EMBRAPA-CPATU. Documentos, 22).
- KUGA, K. Mamão paraense faz sucesso em São Paulo. **Dirigente Rural**, São Paulo, v.16, n.3/4, p.30-41, mar. / abr. 1977.
- KUNIO, Y. **Japanese economic development: a short introduction**. Tokyo: Oxford University Press, 1982. 153p.
- LEITÃO, E. Possibilidades econômicas do Norte. **O Campo**, Rio de Janeiro, v.4, n.12, p.42-47, dez. 1933.
- LOUREIRO, I. Os japoneses na Amazônia. **A Província do Pará**, Belém, 16 jul. 1978. p. 6.
- MARGOLIS, M. **The last new world: the conquest of the Amazon frontier**. New York: W. W. Norton, 1992. 367p.

- MEIO século do Japão no Pará. **O Liberal**, Belém, 5 nov. 1989. p.1-16. (50 aniversário da imigração japonesa na Amazônia).
- MEIRA, O. Dionysio Bentes, o introdutor da imigração japonesa no Pará. **O Liberal**, Belém, 8 nov. 1979. p.3.
- NASCIMENTO, C.; HOMMA, A. **Amazônia: meio ambiente e tecnologia agrícola**. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1984. 282p. (EMBRAPA-CPATU. Documentos, 27).
- OLIVEIRA, A. E. Ocupação humana. In: SALATI, E.; JUNK, W.J.; SCHUBART, H.O.R.; OLIVEIRA, A.E. **Amazônia: desenvolvimento, integração e ecologia**. São Paulo: Brasiliense, 1983. p. 144-327.
- OLIVEIRA, E. **Pará: o retorno do cacau à sua origem**. Itabuna: CEPLAC, 1981. 126p. (Cadernos da Amazônia, 4).
- PINTO Jr., E. Sessenta anos de presença japonesa na Amazônia. **Amazônia Hoje**, v.1, n.11, p.22-27, nov. 1989.
- PINTO, L.F. A colonização(2). **O Liberal**, Belém, 22 jun. 1978. p.9.
- PRUTHI, J.S. **Spices and condiments**. New Delhi: National Book Trust, 1979. 269p.
- PULSEGLOVE, J.W.; BROWN, E.G.; GREEN, C.L.; ROBBINS, S.R.J. **Spices**. New York: Longman, 1981. v.1. 439p.
- REIS, A.C.F. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Ed.Civilização Brasileira, 1982. 213p.
- RELATOS históricos da Cooperativa Agrícola Mista de Tomé-Açu. Belém, 1967.
- RONSENGARTEN Jr., F. **The book of spices**. New York: Pyramid Books, 1973. 475p.
- SILVA, F.A. **História do Brasil: colônia**. São Paulo: Moderna, 1990. 120p.
- SILVEIRA, I.M. Quatro fitas gravadas nos dias 11, 12 e 16/11/1978, com Sr. Sawada, Diretor Associação Cultural de Tomé-Açu e com Sr. Osamu Oshimo, cedidas por Osvaldo Ryohei Kato.
- SMITH, N.J.H.; WILLIAMS, J.T.; PLUCKNETT, D.L.; TALBOT, J.P. **Tropical forests and their crops**. Ithaca: Comstock Publishing Associates, 1992. 568p.
- O SOL nascente na Amazônia. **A Província do Pará**, Belém, 23 jun. 1978. p.1-8. (Caderno Especial).
- STANIFORD, P. Competição e conflito entre os imigrantes japoneses em uma comunidade no Norte do Brasil. In: SAITO, H.; MAEYAMA, T. **Assimilação e integração dos japoneses no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1973. p.346-357.
- SUBLER, S.; UHL, C. Japanese agroforestry in Amazonia: a case study in Tomé-Açu, Brazil. In: ANDERSON, A.B. ed. **Alternatives to deforestation: steps toward sustainable use of the Amazon rain forest**. New York: Columbia University Press, 1990. p.152-166.
- TAKETA, G.S. Experiências práticas de consórcio com plantas perenes no município de Tomé-Açu, Pará. In: SIMPÓSIO SOBRE SISTEMAS DE PRODUÇÃO EM CONSÓRCIO PARA EXPLORAÇÃO PERMANENTE DOS SOLOS DA AMAZÔNIA, Belém, 1980. **Anais**. Belém: EMBRAPA-CPATU, 1982. p.213-226. (EMBRAPA-CPATU. Documentos, 7).
- TSUCHIDA, N. **The Japanese in Brazil, 1908 - 1941**. Los Angeles: University of California, 1978. 398p. Tese Doutorado.

- TSUNODA, F. **Canção da Amazônia: uma saga na selva**. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988. 185p. (Coleção Romance).
- UNE, M.T. Pimenta-do-reino no Estado do Pará: uma avaliação dos efeitos da tecnologia sobre a produtividade. **Revista Brasileira de Geografia**, Rio de Janeiro, v.50, n.2, p.75-98, abr./ jun. 1988.
- VARGAS, G. **Diário**. São Paulo: Siciliano: Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1995. 2v.